

O PROCESSO DE BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO DA PEQUENA ÁFRICA: OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA AO PROJETO PORTO “MARAVILHA”

THE ‘WHITENING’ PROCESS OF THE “LITTLE AFRICA” TERRITORY: RESISTANCE MOVEMENTS FRONT OF THE PROJECT “PORTO MARAVILHA”

LISYANNE PEREIRA RIBEIRO

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
lisypr@hotmail.com

RESUMO. A área portuária do Rio de Janeiro, através do Projeto Porto Maravilha sofre com o processo de refuncionalização urbana para atender às necessidades da acumulação capitalista neoliberal. O processo de branqueamento ocorre na área do território anteriormente conhecido como Pequena África através das remoções materiais e simbólicas que se instalaram nesse território. Esta área é majoritariamente ocupada por população negra por causa da segregação racial em torno de centros urbanos, o que torna evidente a resistência da cultura negra ao presente processo de segregação dia. Dentro do projeto Circuito Histórico Celebração da Herança Africano, que realiza um resgate da cultura africano-brasileira, mas ao mesmo tempo reduz o território original da Pequena África. Observe a cristalização da trajetória do negro na zona portuária. Espaços são capturados para o turismo, a especulação imobiliária e de infra-estrutura, que não se destinam à população que vive na região.

PALAVRAS-CHAVE. EMBRANQUECIMENTO TERRITORIAL, PEQUENA ÁFRICA, PROJETO PORTO MARAVILHA.

ABSTRACT. The port area of the Rio de Janeiro City through Porto Maravilha Project suffers from the process of urban refuncionalisation to meet the needs of neoliberal capitalist accumulation. The bleaching process occurs in the area of the territory formerly known as Little Africa through the material and symbolic removals who settled in that territory. This area is mostly occupied by black population because of the racial segregation around urban centers, which make evident resistance of black culture to the present day segregation process. Within the project Historical Circuit Celebration of African Heritage, which performs a rescue from african-Brazilian culture, but at the same time reduces the original territory of Little Africa. Observe the crystallization of the trajectory of black in the port area. Spaces are captured for tourism, real estate speculation and infrastructure, which are not intended for the population living in this region.

KEYWORDS. TERRITORIAL WHITENING, SMALL AFRICA, PORTO MARAVILHA PROJECT.

INTRODUÇÃO

Localizada na Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro, abrangendo os bairros: Santo Cristo, Gamboa e Praça Onze, encontra-se a região conhecida como *Pequena África*, a qual recebeu esse nome por compreender a área no Rio de Janeiro onde as tradições africanas eram mais evidentes. Nessa região, em especial no Cais do Valongo, desembarcavam africanos escravizados advindos do tráfico negreiro no final do século XVIII e que aos poucos ocupavam a Região Portuária.

Hoje essa área, berço da cultura negra, está sendo reduzida a um “Circuito da Celebração da Herança Africana” vinculado ao projeto *Porto Maravilha* que busca resgatar a cultura afro-brasileira em moldes turísticos. Esse resgate é feito de uma forma que reduz a Pequena África e que espacialmente cristaliza a trajetória do negro naquele território. Esse projeto atrelado a

reformas urbanas de limpeza social desencadeiam o processo de branqueamento território, o qual será explicado durante o presente trabalho, a partir de remoções que estão acontecendo na região portuária e no Morro da Providência para que esses projetos sejam realizados. Dessa maneira espaços são capturados para o turismo, para a especulação imobiliária, e para obras de infraestrutura, as quais não se destinam para a população que vive nessa região. Em consequência desses projetos observa-se o aumento do custo de vida e das desigualdades sociais, fortalecendo assim a segregação racial na zona portuária, reordenando pobres e negros na cidade e principalmente desvalorizando e apagando ao limitar espacialmente a cultura e a identidade que se estabeleceu naquele território.

É preciso destacar durante essa pesquisa inicial o papel da cartografia e da representação como instrumento de controle do território e de comportamentos implementados nas disputas pelo território na região portuária do Rio de Janeiro. Assim por trás de uma celebração da herança africana que foi “restaurada” na cidade e introduzida no cotidiano da população, pela visão das autoridades, observa-se a redução da área considerada em sua essência como a Pequena África.

Busca-se neste trabalho visibilizar lutas traçadas por movimentos sociais subalternizados e o protagonismo dos mesmos pela participação no território dos quais fazem parte. O Instituto Pretos Novos (IPN) é um dos grupos de resistências que lutam contra o branqueamento do território na (da) Pequena África a partir de ações distintas pela apropriação material e simbólica deste território.

A IDEIA DE RAÇA COMO INSTRUMENTO DE LEGITIMAÇÃO DE INTERVENÇÕES URBANAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A ideia de raça nasce simultaneamente com a história da América, junto a isso resignificando relações sociais, as quais criam novas identidades que sustentam a dominação a partir de diferenças fenotípicas. A raça assim torna-se instrumento de legitimação para exploração da força de trabalho para o desenvolvimento capitalista, naturalizando essa relação colonial de dominação por europeus e privilegiando seus conhecimentos e formas de gerir o território, dessa maneira se negligencia todo conhecimento, a cultura e as vivências desses grupos dominados, adquirido durante séculos por povos tradicionais colonizados. A exploração do trabalho enquanto um dos mecanismos de reprodução do capital e o aumento dos seus lucros possibilitava o excedente de produção para o mercado mundial. Estabelecia-se assim novas estruturas como o salário que era oferecido ao homem branco e o processo escravocrata que era determinado a população não branca, ambos fatores possibilitavam um padrão mundial de controle de trabalho, recursos e produção.

Diante desses exemplos fica explícita a articulação do controle do trabalho com a ideia de raça, uma associação artificialmente naturalizada, a qual serve de instrumento de dominação e exploração até os dias atuais QUIJANO (2005). Apresentada a ideia de raça, buscamos entender como ela se faz presente no ordenamento territorial vigente na cidade do Rio de Janeiro e conseqüentemente, a sua influência nas narrativas hegemônicas que tentam apagar e reduzir o território compreendido como Pequena África.

Essas narrativas territoriais revelam o território como campo de forças marcadas por relações de poder exercidas por atores ou grupos. Estes podem ser representados pelo Estado, as empresas e os indivíduos segundo Claude Raffestin. Observa-se o tensionamento da imagem do território compreendido como Pequena África a partir de seu “resgate” histórico por grupos hegemônicos

frente às narrativas de grupos subalternizados constituintes daquele território. “A imagem ou modelo, ou seja, toda construção da realidade, é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem” (RAFFESTIN, 1993, p. 145). Visto isto, podemos observar como o território é palco de relações de dominação e/ou apropriação, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”. (HAESBAERT, 2004a, p. 95-96).

Essa intervenção racializada no território que produz representações da realidade em uma perspectiva eurocêntrica pode ser compreendida pelo conceito de *branqueamento do território*. “O branqueamento do território é entendido a partir de três dimensões, (R. SANTOS, 2009), aqui apresentada por CORRÊA (2013):

Uma atuando diretamente no ordenamento da ocupação do território, o branqueamento da ocupação, outra criando uma imagem – uma geográfica imaginativa – do território, o branqueamento da imagem e, por fim, a normatização de uma cultura eurodescendente, o branqueamento da cultura. Essas dimensões sintetizam a tentativa de invisibilização e reconstrução sob a lógica eurocêntrica de “territórios não brancos”, ou seja, o apagamento da presença das grafagens espaciais, (R. SANTOS, 2009), das geo-grafias (PORTO-GONÇALVES, 2003) negras e indígenas do território brasileiro.

A Pequena África recebeu esse nome por caracterizar a presença negra nas regiões como, Santo cristo, Gamboa e Praça Onze. Essa ultima palco dos principais nomes do samba como Heitor dos prazeres, o qual originou essa denominação para a Pequena África. Outra representante da cultura afro-brasileira foi Tia Ciata, uma baiana que sedia sua casa para disseminação e resistência da cultura negra em meados do século XIX e início do XX, através das festas que aconteciam em sua casa. A população oriunda da Bahia e de outros estados do nordeste fazia parte dessa nova organização social que se instaurava no Rio de Janeiro.

A população da cidade do Rio de Janeiro no século XIX era constituída em por uma expressiva presença de negros escravizados que chegavam ao porto e ocupavam os bairros ao seu entorno. Nesse período de acordo com ABREU (2007) a população era caracterizada por ter certa proximidade espacial entre as diferentes classes. Com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808 houve um intenso impacto no espaço urbano carioca pelo grande contingente populacional que demandava uma quantidade de moradia e infraestrutura inexistente na cidade até então colonial de regime escravocrata. O lucro da economia cafeeira foi o principal provedor de recursos para que uma primeira intervenção urbana ocorresse na cidade. Pela força de trabalho da população negra se proporcionou o acúmulo de capital para impulsionar a industrialização e a urbanização da cidade, sendo após este período descartada, ainda mais no processo pós-abolição.

Na segunda metade do século XIX a cidade inchada por diversos processos migratórios internos e externos ao longo do século se preparava para atender as necessidades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo internacional e para receber investimentos industriais. Ainda obsoleta e com sérios problemas de saneamento básico, insalubridade, abastecimento de água e foco de diversas epidemias. No século XX durante a Reforma Pereira Passos, o prefeito e engenheiro, buscava trazer para a Cidade do Rio de Janeiro, que na época era capital federal da

recém proclamada República, padrões europeus de urbanização. Pretendia-se modernizar o espaço, de maneira autoritária e excludente, elitizando a cidade, com o objetivo de desfazer a imagem de uma cidade colonial atrasada em sua infraestrutura e torná-la como modelo civilizatório nacional. As intervenções urbanas tinham seu financiamento, sob a presidência de Rodrigues Alves, nota-se uma intervenção estatal grandiosa sobre o urbano pelo governo federal nesse período. O centro da cidade do Rio de Janeiro foi sua principal área de atuação. Com estruturas presentes até os dias atuais como a Inauguração da Avenida Central- Atual Avenida Rio Branco e conclusão das obras de melhoramento do Porto do Rio de Janeiro.

Esse processo encontrou fortes resistências como a Revolta da Vacina, diante da campanha contra epidemias realizada por Oswaldo Cruz concomitante com demolições decorrentes das reformas urbanas higienistas como o “bota-abaixo” de cortiços considerados insalubres e foco de diversas epidemias. A preocupação não era meramente pela saúde e higiene da população, essas medidas foram adotadas para atender as necessidades de reprodução do capital imobiliário na nova era econômica em que a cidade se inseria.

Durante todo o século foram feitas reformas e demolições de cortiços na cidade, deixando negros e pobres desabrigados. A solução para essa camada da população se dava na ocupação das moradias não demolidas ou no deslocamento para as periferias, para o subúrbio, nestes casos teriam que abarcar os custos com o transporte para exercer suas atividades no centro. Aos poucos também, essa mesma população começava a ocupar as encostas dos morros próximos ao centro que ainda não tinham sido ocupadas. Áreas as quais não possuíam as devidas estruturas para habitação, como luz, saneamento e abastecimento de água assim como a área central da cidade que se preparava para receber esses investimentos. Os quais mais uma vez não tinham o objetivo de atingir a esses grupos subalternizados, que foram expulsos e removidos das áreas centrais da cidade em função de interesses da classe dominante branca e colocados em situações piores das quais já se encontravam.

Nota-se mais uma vez o branqueamento do território na área central da cidade. Esse novo ordenamento territorial em que a cidade se inseria para atender as demandas do sistema capitalista internacional já revela como a colonialidade muda a dinâmica das trajetórias e a posição dos indivíduos no território deixando marcas na sociedade de uma ordem espacial racializada, ou seja, revela uma ordem de circulação previamente definida pela ação diferentes governos no espaço urbano.

AS REFORMAS ATUAIS: PORTO “MARAVILHA” PRA QUEM?

Após 100 anos os megaeventos (Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas em 2016) funcionam como consolidação de uma trajetória que produz novas centralidades que mercantilizam a cidade, repete a lógica do branqueamento do território inscrita na história social e econômica da cidade com o projeto Porto Maravilha. A Zona Portuária do Centro da Cidade do Rio de Janeiro vem sofrendo com o processo de refuncionalização urbana do território para atender as necessidades neoliberais de acumulação capitalista.

No final do ano de 2009 foi criada a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto (CDURP), responsável em repassar os recursos da prefeitura para a concessionária Porto Novo, a

qual é constituída pelas empreiteiras Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia, caracterizando assim a formação de uma parceria público-privada (PPP). As quais apresentam seus objetivos principais a seguir:

Assim, tal política urbana pretende ser um plano integrado de intervenção que contempla a alteração de usos, parâmetros edilícios, novos sistemas viários e de transporte público além de um plano urbano e paisagístico que transformará a região num local atraente para moradia e trabalho (...)Este é o intuito das intervenções: transformar a região da zona portuária numa área dinâmica que seja uma nova referência de planejamento urbano para a cidade. Pretende-se seguir o exemplo de cidades ao redor do mundo como Buenos Aires, Nova Iorque, Baltimore e Roterdã, entre outras, que ao recuperarem suas áreas portuárias degradadas, dinamizaram suas economias e ganharam mais um ponto de interesse turístico. Assim, ganharão também as áreas em seu entorno, para onde esta renovação se irradiará através de melhorias da ambiência local e dos fluxos da cidade, além de todos aqueles que usam a região de alguma forma. (Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio, p. 17)

Pautada em um discurso de “revitalização”, busca-se apagar as diversas narrativas territoriais da cultura afro-brasileira historicamente constituída na Zona Portuária. A cidade de contradições se reafirmava nesse quesito ao criar dentro do projeto o *Circuito de Celebração da Herança Africana*, que busca resgatar a cultura afro-brasileira em moldes turísticos, resultando na redução do território compreendido outrora como Pequena África, e também na cristalização da trajetória do negro na região portuária. A região portuária nos últimos anos deixa de representar um espaço perigoso para se tornar um espaço folclórico, como exemplo a Pedra do Sal, ocupada hoje por elites e turistas enquanto espaço do samba, a legitimação do samba assim nessa região serve enquanto amenizadora do confronto em forma do silêncio e domesticação da cultura afro-brasileira.

Ao mesmo passo que acontece um resgate da cultura afro-brasileira na Zona Portuária, a primeira favela da Cidade do Rio de Janeiro, o Morro da Providência, tem sua população majoritariamente negra removida de seu território. A partir do acompanhamento do Fórum Comunitário do Porto (FCP), um dos grupos que lutam pelo o direito a cidade, foram realizados encontros e coletas de dados que nos ajudaram a entender o processo de branqueamento do território a partir das intervenções urbanas atuais na Zona Portuária. O FCP conta com a participação de ONGs, universidades e instituições que organizam denúncias e realizam ações contra políticas autoritárias do Governo diante das remoções articulando moradores da Zona Portuária, ameaçados ou em processo de remoção com a sociedade civil contra políticas autoritárias do Governo como o *Morar Carioca*, no Morro da Providência que se instaura como “legado” das Olimpíadas de 2016, o qual é desencadeado pelo projeto *Porto Maravilha*, nome factóide para uma Operação Urbana Consorciada (OUC).

Segundo materiais e relatórios coletados em encontros com integrantes do FCP e representantes da ONG FASE, o projeto *Morar Carioca* no Morro da Providência previa a remoção de várias residências, dentre essas algumas unidades por riscos geotécnicos e outras para realocações devido ao projeto de um projeto urbanístico que visa a criação de um Centro Histórico e Cultural, com obras ditas de mobilidades para os moradores como Plano Inclinado e Teleférico. Um total de 639 unidades habitacionais a serem reassentadas (Fonte: Planta Geral de Urbanização – Morar

Carioca Providência). Nesse processo as casas são marcadas de forma autoritária com as siglas SMH (Secretaria Municipal de Habitação) por agentes da Prefeitura, os não dialogavam com os moradores a respeito do projeto.

O projeto *Porto Maravilha* trás de volta políticas de branqueamentos do território maquiado sob um discurso de revitalização, diante disto busca-se reinventar narrativas, realizando uma exclusão física e cultural a partir dos processos de remoção que acontecem no Morro da Providência e em áreas da Zona Portuária de interesse do projeto. Buscam reorganizar o negro na cidade, excluindo-o desses espaços que atualmente recebem grandes investimentos urbanos em cultura e moradia.

MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO E O DIREITO A CIDADE

Os movimentos sociais subalternizados na Zona Portuária emergem como protagonistas e possíveis sujeitos da transformação social na luta contra as contradições espaciais da sociedade capitalista e de seu padrão de urbanização característico SANTOS (2006). Hoje existem diversas formas de resistências a esse novo processo de reurbanização, como: a associação de moradores, moradores isolados, grupos culturais, dentro desses os que lutam por moradia e pela localização da moradia. E ainda os que lutam contra o branqueamento do território, contra a limpeza racial, e contra a anulação histórica da Pequena África. Neste sentido as lutas não são apenas por moradia e sim por tudo que constitui o espaço, inclusive pela identidade.

Afinal, toda(o) aquela(e) que se sente oprimido ou explorado diz querer mais espaço(...)Enfim, os diferentes movimentos sociais re-significam o espaço e, assim, com novos signos grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade. A Geografia, deste modo, de substantivo se transforma em verbo –ato de marcar a terra. (PORTO-GONÇALVES, 2006)

O Cemitério Pretos Novos (1769-1830) foi redescoberto em 1996 por uma obra realizada pelo casal proprietário da residência, Petrúcio e Maria De La Merced Guimarães na Rua Pedro Ernesto, número 36, no bairro da Gamboa. Neste local foram encontrados pelos pedreiros restos mortais de negros escravizados os quais não resistiam à viagem e morriam antes de serem comercializados. Também foram encontrados fragmentos de cerâmicas, vidros e outros utensílios que ajudam a contar a história da Pequena África. A prefeitura do Rio de Janeiro foi acionada para tomar as devidas providencias. A equipe de arqueologia encaminhou os materiais encontrados para o Instituto de Arqueologia Brasileira que realizou análises mais precisas e constatou a sua importância como testemunho histórico.

Após 166 anos de silenciamento das narrativas do povo negro na cidade do Rio de Janeiro, em 1996 com sua redescoberta, funciona como um sítio arqueológico e histórico. Inicia-se um trabalho de resistência, preservação, investigação e divulgação de patrimônio material e imaterial. No dia 13 de maio do ano de 2005 o Instituto Pretos Novos se torna uma organização sem fins lucrativos fundada pelo casal e grupos de pessoas interessados na preservação das territorialidades negras na Zona Portuária no âmbito da educação onde são oferecidos diversos cursos gratuitos voltados para a população, pesquisadores e estudantes. Nesse sentido, a pesquisa rompe com o regime de invisibilização impostos por narrativas hegemônicas e no âmbito da cultura com diversas oficinas, mesas de debates, exposições históricas e visitas orientadas. E por fim no âmbito da

preservação da memória histórica da cultura afro-brasileira. Estas ações se caracterizam como estratégias desse grupo social de driblar o racismo, inclusive através da memória, a qual é alvo de disputas políticas. Fortalecendo assim as lutas contra o branqueamento do território em suas três dimensões analíticas.

O Instituto Pretos Novos (IPN) desde então torna-se um sítio arqueológico e histórico, o qual funciona como atores da resistência com a produção de suas imagens espaciais, as quais ajudam a entender a trajetória, seus diferentes usos e apropriações do espaço ao longo desses períodos em que a cultura negra na Zona Portuária esteve silenciada. São grafagens no espaço que através das trajetórias de grupos subalternizados passam a criar outras leituras de mundo diferentes das impostas pelo processo hegemônico. Esse espaço revela diferentes campos de tensão de resistência, ações do agir político pelas relações dessas resistências, as quais produzem as espacialidades no urbano.

O IPN por outro lado possui suas formas de resistências cooptadas por atores hegemônicos, como a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Concessionária Porto Novo, ambas interessadas na mercantilização da identidade e das práticas afro-brasileiras, disputam as narrativas territoriais da Pequena África. Milton Santos em *A Natureza do Espaço* sobre a questão das intencionalidades, revela como os objetos são marcados por intencionalidades, portanto nem todos lhe usam para tal intencionalidade, dando outros sentidos e formas de apropriações.

A memória coletiva da Pequena África se insere nesse contexto, como alvo de disputas políticas através de suas formas e apropriações. Criam-se memórias distintas e conseqüentemente o uso e apropriações desses espaços. O passado então não está dado e sim está sendo construído de quem o retrata, essas memórias são distorcidas de formas conscientes pro projetos como é o caso do Circuito da Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana criada em 2011 pelo projeto Porro Maravilha. Onde memória ganha outro sentido a partir de demandas atuais de mercantilização da cidade em moldes turísticos, ou seja, a evocação desse passado tem uma intenção, por isso certa visibilidade e valorização cultural. Preservam a estética do passado reproduzindo o imaginário colonial que se reescreve para afirmar uma ordem espacial racializada, ou seja, delimitando espaços pertencentes ao negro e propondo a cristalização de suas trajetórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de remoções na Zona Portuária destroem memórias coletivas e produzem não existências. Dessa maneira, os movimentos sociais de resistência apresentados tem um papel primordial na luta contra o branqueamento do território compreendido como Pequena África pela afirmação de suas lutas no âmbito cultural e material em suas diferentes formas de apropriações do território contra o projeto hegemônico Porto “Maravilha”. Esse projeto atrelado a reformas urbanas de limpeza social desencadeiam o processo de branqueamento do território, a partir de remoções que estão ocorrendo na Zona Portuária. Os espaços são capturados para o turismo, para a especulação imobiliária, e para obras de infraestrutura, as quais não se destinam para a população que vive nessa região. Em consequência diante desses projetos nessa área observa-se o aumento do custo de vida e das desigualdades sociais, fortalecendo assim a segregação racial e desvalorizando a cultura e a identidade que se estabeleceu naquele território.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Gabriel Siqueira. *Narrativas raciais como narrativas geográficas: uma leitura do branqueamento do território nos livros didáticos de geografia*. Niterói-RJ, 2003.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- MOURA, Robert. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, AGCRJ, Coleção Biblioteca Carioca, 1995, volume 32.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais/compilado por Edgard Lander, 1º edição-Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-Clacso, 2005, 280 p.
- Porto Gonçalves, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. En *publicación: Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. José Seoane. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. 288 p. ISBN: 950-9231-92-4
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- SANTOS, Renato Emerson dos. *Rediscutindo o ensino de geografia: temas da Lei 10.639 / Renato Emerson dos Santos*. -1.ed. – Rio de Janeiro : CEAP, 2009.
- SANTOS, Renato Emerson dos, (Org): *Questões urbanas e racismo – Petrópolis, RJ: DP et Alii ; Brasília, DF : ABPN, 2012. 400p. (Negras e negros : pesquisa e debates)*
- SANTOS, Renato Emerson dos. *Agendas e agências: as espacialidades dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes*. Rio de Janeiro. UFF, 2006. 350p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.
- <http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/about/>